Art. 2º. Esta PORTARIA entra em vigor nesta data.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém/PA, 31 de março de 2021.

GUILHERME DA COSTA SPERRY

Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 641432

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

APOSTILAMENTO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Núm. do Contrato: 008/2021-MP/PA

Núm. da Apostila: 001

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa WSP PROGRESSO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA.

Objeto do Contrato: Prestação de serviço de acesso à internet para a Promotoria de Justiça de Novo Progresso/PA.

Justificativa do Apostilamento: A alteração no preâmbulo do Contrato nº 008/2021, para manter somente a Sra. NELCI RODRIGUES como representante legal da Empresa, tendo em vista que, de acordo com a Cláusula Sexta – Da Administração – do Contrato Social, “a Administração da sociedade será de todos os sócios, em conjunto ou separadamente”.

Data de Assinatura: 30/03/2021.

Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 641313

OUTRAS MATÉRIAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Extrato da PORTARIA Nº 12/2021-MP/PJC

O Promotor de Justiça da Cidade de Colares, Rui Barbosa Lamim, com amparo nas disposições do art. 127, caput, e 129, II, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 54, I, da Lei Complementar Estadual nº 057/06 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), arts. 2º, § 7º e 10 da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e art. 31 da Resolução nº 007/2019 do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Pará, torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo nº 000089-352/2020 que visa tutelar os direitos individuais indisponíveis da criança BJBP, de 10 anos de idade, filha de PTB. Que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Colares, situada na Rua Dr. Justo Chermont, 155 - Centro, CEP: 68785-000, Colares-Pará. Telefone: (91) 3461-7180.

Protocolo: 641435

EXTRATO DE RECOMENDAÇÃO Nº 10/2021-MP/PA-PJSLP. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ torna pública a presente Recomendação visando o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover. RECOMENDAÇÃO Nº 10/2021-MP/PA-PJSLP (SIMP Nº 000257-998/2020). ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Pará. OBJETIVO/FINALIDADE: RECOMENDAR ao Prefeito Municipal de Cachoeira do Piriá e ao Secretário Municipal de Saúde de Cachoeira do Piriá/PA: 1) no prazo de 72 (setenta e duas) horas, disponibilizem, em sítio eletrônico destinado à transparência dos dados relacionados à COVID-19, bem como nas redes sociais oficiais, em observância aos princípios da transparência, publicidade do SUS e participação popular, OS BOLETINS EPIDEMIOLÓGICOS DIÁRIOS DETALHADOS, CONTENDO: a) casos confirmados; b) perfil SRAG - casos confirmados COVID - 19 (aplicado às altas e aos óbitos); c) número e Percentual de casos de SRAG confirmados para Covid19, segundo evolução: Isolamento domiciliar, Internados (UTI, com respirador, leito simples de isolamento), isolamento domiciliar, Recuperados, Óbito, etc.); d) ocupação de leitos: número de leitos existentes por Unidade, ocupados e disponíveis no município (UTI, com respirador e enfermaria); taxa de ocupação dos leitos; e) testes disponíveis: número de testes disponíveis; número de testes aplicados; número de testes realizados; f) número de casos em investigação e casos descartados; g) o número de pacientes confirmados positivos para COVID-19, ou com quadro sintomático suspeito para a enfermidade, que foram manejados/regulados para leitos clínicos ou de UTI de unidades de saúde de outros municípios (Capanema, Paragominas, Belém, Bragança, dentre outros, via SISREG, SER, e/ou sistema afim utilizado pelo município), especificando a unidade de saúde de destino. 2) O envio à Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Pará de resposta por escrito acerca do atendimento dos termos da presente RECOMENDAÇÃO, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a ser enviada ao e-mail institucional da Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Pará. DESTINATÁRIOS: Prefeito Municipal, Secretário de Saúde do Município de Cachoeira do Piriá/PA.

Protocolo: 641440

EXTRATO DE RECOMENDAÇÃO Nº 09/2021-MP/PA-PJSLP. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ torna pública a presente Recomendação visando o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover. RECOMENDAÇÃO Nº 09/2021-MP/PA-PJSLP (SIMP Nº 000256-998/2020). ORIGEM: Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Pará. OBJETIVO/FINALIDADE: RECOMENDAR ao Prefeito Municipal de Santa Luzia do Pará e ao Secretário Municipal de Saúde de Santa Luzia do Pará: 1) no prazo de 72 (setenta e duas) horas, disponibilizem, em sítio eletrônico destinado à transparência dos dados relacionados à COVID-19, bem como nas redes sociais oficiais, em observância aos princípios da transparência, publicidade do SUS e participação popular, OS BOLETINS EPIDEMIOLÓGICOS

DIÁRIOS DETALHADOS, CONTENDO: a) casos confirmados; b) perfil SRAG - casos confirmados COVID - 19 (aplicado às altas e aos óbitos); c) número e Percentual de casos de SRAG confirmados para Covid19, segundo evolução: Isolamento domiciliar, Internados (UTI, com respirador, leito simples de isolamento), isolamento domiciliar, Recuperados, Óbito, etc.); d) ocupação de leitos: número de leitos existentes por Unidade, ocupados e disponíveis no município (UTI, com respirador e enfermaria); taxa de ocupação dos leitos; e) testes disponíveis: número de testes disponíveis; número de testes aplicados; número de testes realizados; f) número de casos em investigação e casos descartados; g) o número de pacientes confirmados positivos para COVID-19, ou com quadro sintomático suspeito para a enfermidade, que foram manejados/regulados para leitos clínicos ou de UTI de unidades de saúde de outros municípios (Capanema, Paragominas, Belém, Bragança, dentre outros, via SISREG, SER, e/ou sistema afim utilizado pelo município), especificando a unidade de saúde de destino. 2) O envio à Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Pará de resposta por escrito acerca do atendimento dos termos da presente RECOMENDAÇÃO, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a ser enviada ao e-mail institucional da Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Pará. DESTINATÁRIOS: Prefeito Municipal, Secretário de Saúde do Município de Santa Luzia do Pará.

Protocolo: 641441

EXTRATO DE ATA DO CONSELHO SUPERIOR DO MPPA, REFERENTE À 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL - 2021

(Resolução 004/2020/CSMP/MPPA)

DATA E HORA - 8h do dia 22/03 até às 18h do dia 26/03/2021.

LOCAL: sítio eletrônico: www.mppa.mp.br. PRESENTES: Dr. GILBERTO VALENTE MARTINS, Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR, Corregedor-Geral do Ministério Público; Dr. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO, Conselheiro Secretário e os seguintes Conselheiros: Dr. MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES, Dra. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO, Dra. ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO, Dr. FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA, Dr. NELSON PEREIRA MEDRADO e Dr. ADÉLIO MENDES DOS SANTOS.

ITENS DA PAUTA:

1.1. Julgamento de Processos:

1.1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

1.1.1.1. Processo nº 001604-031/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Governo do Estado do Pará

Origem: 7º PJ de Santarém

Assunto: Apurar se o Decreto Estadual nº 1969/2018, expedido pelo Governo do Estado do Pará, infringiu a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.1.2. Processo nº 000136-151/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará - IASEP

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar supostas irregularidades no âmbito do IASEP.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.1.3. Processo nº 000170-087/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Câmara de Vereadores de Brejo Grande do Araguaia

Origem: PJ de São João do Araguaia

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de servidores na Câmara de Vereadores de Brejo Grande do Araguaia.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.1.4. Processo nº 000271-151/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Polícia Civil do Estado do Pará - PC/PA

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades relacionadas a suposto desvio de funções no âmbito da Polícia Civil.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.1.5. Processo nº 000034-804/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Vitória do Xingu/PA

Origem: 5ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Altamira.

Assunto: Apurar eventual acumulação irregular de cargos por parte da servidora Glaucivânia Dias Silva.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006.

1.1.1.6. Processo nº 000146-804/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Vitória do Xingu/PA